



**PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III**  
**Editais 011/2018**  
**Prova Seletiva Discursiva – 2ª Etapa**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

1. Ler e reler o texto costuma ser ato contínuo do redator. Essa exigência muitas vezes torna árduo o ato de redigir, mas não há outra fórmula senão a de autoanalisar o próprio texto. Para escrever no impessoal, devemos conhecer e ter segurança nas regras gramaticais e na estrutura frasal profunda e complexa da língua portuguesa. Sendo assim, faça a correção da citação a seguir, caso pertinente, no tocante às regras da língua portuguesa. Apresente a justificativa da correção em até 10 linhas:

**CITAÇÃO:** *“Tratam-se de processos licitatórios. Sendo assim, necessitam-se de especialistas no assunto.”*

**GABARITO:** A citação correta é: “Trata-se de processos licitatórios. Sendo assim, necessita-se de especialistas no assunto”. Justifica-se a forma correta **Trata-se**, pois o verbo está no sentido de consistir em, a. Quando há uma indeterminação do sujeito, o correto é que o verbo seja conjugado na 3.ª pessoa do singular, independentemente do objeto indireto estar no singular ou no plural. No segundo caso, o correto é **necessita-se**, pois havendo um sujeito indeterminado, a concordância verbal é sempre feita com a 3.ª pessoa do singular.



TIPO 1

**DIREITO**

**2. As Constituições não devem ser imunes à ação do tempo. Toda Constituição tem vida e está aberta à dinâmica da realidade que não pode ser apreendida por meio de fórmulas fixas. No âmbito das Constituições classificadas como rígidas, os mecanismos de mudança constitucional subdividem-se em formais e informais. Em um texto de 10 linhas conceitue os mecanismos de mudança formal e informal da Constituição, identificando as limitações materiais expressas no texto constitucional de 1988 ao Poder de reforma constitucional.**

**GABARITO:** As reformas constitucionais são alterações formais e garantidoras de estabilidade e rigidez da Lei Maior justamente por consistirem em modificações reguladas no próprio texto constitucional, abrangendo, no caso brasileiro, a revisão e a emenda. A mutação constitucional, como forma de mudança informal da Constituição, é um mecanismo que permite a transformação do sentido e do alcance de normas da Constituição, sem que se opere, no entanto, qualquer modificação de seu texto. Os limites materiais explícitos encontram-se no Art. 60 do texto constitucional de 1988. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

[...] § 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

- I - a forma federativa de Estado;
- II - o voto direto, secreto, universal e periódico;
- III - a separação dos Poderes;
- IV - os direitos e garantias individuais.



**DIREITO**

**3. A empresa Materiais de Construção Alfa Ltda., com sede na cidade de Tubarão, estado de Santa Catarina, propõe execução, fundada em títulos executivos extrajudiciais, representados por duas duplicatas no valor total de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), vencidas, não pagas e devidamente protestadas, em face da sociedade empresária Construtora Beta Ltda., com sede em Criciúma, estado de Santa Catarina, decorrente de fornecimento de materiais de construção.**

**Durante o processo ficou evidenciada a falta de bens de propriedade da executada, bem como, foi comprovado o fato de os sócios e administradores terem utilizado a pessoa jurídica como instrumento para fins fraudulentos, objetivando, inclusive, frustrar o cumprimento das obrigações com a credora.**

**Aduz, ainda, que a sociedade executada, por intermédio de seus sócios e administradores, nos últimos anos, vem praticando, repetidamente, atos que denotam o excesso de mandato direcionados a um fim estranho à sua função social, devidamente comprovados e que a sua dívida total, hoje, representa um valor expressivo.**

**Considerando os fatos relatados acima, responda:**

**a) Qual a medida jurídica, prevista na legislação brasileira, que a credora Materiais de Construção Alfa Ltda. poderá instaurar como forma de preservar seus direitos creditórios? Fundamente a resposta.**

**Gabarito:**

**O candidato deve demonstrar conhecimento sobre:**

- a) a personalidade jurídica e sua autonomia patrimonial;**
- b) o fato de que a personalização concede a pessoa jurídica de direito privado a capacidade de assumir as responsabilidades decorrentes de seus atos;**
- c) a ocorrência do incidente de desconsideração da personalidade jurídica em decorrência, sobretudo, pelo abuso da personalidade jurídica decorrente do desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial;**
- d) o fato de que, no caso de desconsideração da personalidade jurídica os efeitos decorrentes de certas e determinadas relações passam a ser suportados pelos sócios e ou administradores, através de seus bens particulares.**

**Para tratar deste assunto, inicialmente, deve-se ressaltar que a existência de uma pessoa jurídica personificada é pressuposto para aplicar a teoria da desconsideração da personalidade jurídica. No Brasil, segundo o art. 45 do Código Civil, a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo órgão de registro. Tal ato concede à pessoa jurídica autonomia patrimonial**

**No presente caso, trata-se do incidente da desconsideração da personalidade jurídica, previsto no art. 50 do Código Civil, art. 28 do Código de Defesa do Consumidor e arts. 133 a 137 do CPC, dentre outros dispositivos legais.**

**Tal medida visa, sobretudo, coibir fraude, sem comprometer o próprio instituto da pessoa jurídica; sem questionar a regra da separação de sua personalidade e patrimônio em relação aos seus membros. Em outros termos, a teoria da desconsideração da personalidade jurídica tem o intuito de preservar a pessoa jurídica e sua autonomia, sobretudo, patrimonial, sem deixar ao desabrigo terceiras vítimas de fraude.**

**A teoria da desconsideração da personalidade jurídica permite que o juiz não mais considere os efeitos da personalização ou da autonomia jurídica da sociedade para atingir e vincular a responsabilidade dos sócios e ou administradores, com intuito de impedir a consumação de**

**TIPO 1**

fraudes e abusos do direito.

O requisito básico para caracterizar a desconsideração da personalidade jurídica é o abuso da personalidade jurídica da empresa que resulte a confusão patrimonial e o desvio de finalidade da sociedade empresária.

Ocorrência do desvio de finalidade sempre que a pessoa jurídica não cumprir a finalidade a que se destina, causando, com isso prejuízo a terceiros, considerando também como desvio de finalidade, ou melhor, desvio de função, o desrespeito ao princípio da função social da empresa.

**b) Em que fase do processo é cabível essa medida jurídica?**

Gabarito:

Segundo o Código de Processo Civil em seu art. 134, “O incidente de desconsideração da personalidade jurídica é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.”

**c) Quais os efeitos que poderão advir caso o juiz admita a medida proposta pela sociedade empresária Materiais de Construção Alfa Ltda.?**

Gabarito:

Dentre outros efeitos, o principal é o que determina o art. 50 do Código Civil quando assim se expressa: “Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica”.

Assim, quando uma pessoa jurídica for utilizada para fugir de suas finalidades, para lesar terceiros, sua personalidade pode ser desconsiderada e, conseqüentemente, será imputada a responsabilidade aos sócios e administradores que integram a pessoa jurídica.